

## **Cartas sobre o passado, cartas para o futuro: as disputas pela memória na transição política Uruguiaia**

**ALLIER MONTAÑO, Eugenia.** *Batallas por la memoria: Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay.* México: UNAM, Instituto de Investigaciones sociales; Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 2010, 288.p.

**PEDRO IVO CARNEIRO TEIXEIRENSE\***

Ao longo dos últimos meses do ano de 1999, uma série de cartas publicadas pela imprensa imediatamente atraiu a atenção da sociedade uruguiaia. O fato de os personagens envolvidos nessa troca de cartas serem um poeta renomado e um presidente da República, já seria suficiente para se entender o interesse gerado em torno de um fato aparentemente corriqueiro. Entretanto, foi o conteúdo da correspondência, mais do que a natureza da atividade dos autores, o que incendiou os debates no período.

Nas cartas, os remetentes manifestaram abertamente suas percepções, frustrações, entendimentos e críticas acerca do recente processo uruguaio de transição política. Essa exposição serviu como um convite ao debate sobre o passado recente do país e, de certa forma, sobre o passado das sociedades que foram obrigadas a enfrentar-se com questões herdadas de um pretérito marcado pela violência. O embate público, motivado pela correspondência entre o poeta argentino, Juan Gelman, e o então presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti, seria identificado, posteriormente, como o ponto de partida para novas reflexões acerca das disputas pela memória no período pós-ditatorial.

No âmbito dessa nova tendência, *Batallas por la memoria - los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*, obra publicada a partir da tese de doutoramento de Eugenia Allier Montaño, situa-se como um dos principais trabalhos produzidos sobre a história recente do Uruguai. De acordo com a autora, o surgimento do estudo pode ser atribuído ao fato de que somente nos últimos anos podem ser identificados esforços de pesquisa para as questões da memória e do esquecimento nas sociedades latino-americanas.

Por intermédio de uma sugestiva interpretação acerca das distintas utilizações da memória no debate público, o livro de Eugenia Allier apresenta-se como síntese das representações acerca do passado recente da história uruguiaia. A autora elabora uma minuciosa crônica sobre as políticas públicas adotadas, a partir de 1985, pelos diversos governos que dirigiram o Estado uruguaio; a análise utiliza-se de estudo exaustivo das ações empreendidas, paralelamente, por organizações não governamentais e associações independentes, como as Associações de Direitos Humanos e as Associações de Familiares.

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ)

O livro foi dividido em três seções, as quais correspondem à periodização proposta pela autora no tocante às batalhas pela memória, que foram travadas em diferentes períodos desde o fim da ditadura militar. Ciente da ausência de consensos teóricos no campo historiográfico, Eugenia Allier propõe um mergulho não no passado em si, mas em uma segunda dimensão: uma aproximação sobre as batalhas pela memória que pretendem explicar o passado mais distante. Antecipando-se a um conjunto de críticas à metodologia empregada, a autora sugere que a persistência de uma dada noção de “indústria da memória” contribuiu para o aparecimento de um tipo de intransigência teórica na qual se confunde a ideia de “memória coletiva” com a de “usos políticos do passado”.

A diferenciação entre os dois conceitos merece atenção especial. Antecipo que, para o estudo de Eugenia Allier, é a noção de uso político do passado que conduz a análise da obra. Enquanto a noção de memória coletiva, no entendimento da autora, confunde-se com a capacidade de indivíduos ou grupos sociais de recordar, formular e representar suas experiências vividas, o uso político do passado refere-se à utilização dos sentidos atribuídos a esse mesmo passado, por grupos e instituições sociais com agendas políticas determinadas por interesses ligados ao tempo presente.

Entre os anos de 1985 e 1989, período que delimita a primeira seção da obra, essa disputa pode ser identificada, na visão da autora, a partir da ideia de “explosão da memória”. Simbolicamente, esse fenômeno estaria representado no reencontro de ex-prisioneiros políticos, no retorno dos exilados e no debate sobre o julgamento dos militares e policiais envolvidos com a repressão. Ao mesmo tempo, discussões acerca da Lei de Caducidade e sobre a questão do “*insilio*” (neologismo criado no Uruguai em referência a situação de marginalização que sofreram aqueles que, vivendo no país, foram perseguidos ou poderiam haver sido) marcaram as disputas do período.

Por um lado, essa nova tendência, cujo substrato teórico encontra-se nas formulações de autores como Pierre Nora e Andreas Huyssen, assume a ideia de que a memória se tornou um ingrediente indispensável da cultura e da política contemporânea nas sociedades de tradição ocidental. De outra maneira, a percepção de que existe uma espécie de fragmentação das identidades coletivas e de fragilidade dos laços comunitários incita a ampliação dos debates públicos acerca de “todos” os aspectos do passado recente (a sensação de que nada deve perder-se, de que toda recordação é importante para o futuro).

Essas observações nos remetem, novamente, para a polêmica inaugurada com a publicação das cartas de Gelman e Sanguinetti. Dois aspectos merecem análise mais cuidadosa. O primeiro relaciona-se à compartimentação da sociedade uruguaia em dois blocos

supostamente homogêneos. O segundo vincula-se ao surgimento de uma linguagem específica para a abordagem da temática dos Direitos Humanos e sua discussão normativa no plano do direito interno em confrontação com regras de caráter internacional.

Em primeiro lugar, as disputas pela memória, expressivamente traduzidas pelo posicionamento entre os “partidários” do poeta e os “apoiadores” do presidente, engendraram um modelo de análise dicotômico que exerceu alguma influência na produção historiográfica uruguaia a partir desse momento. Essa divisão poderia ser expressa na fórmula “os que defendem o esquecimento” (Sanguinetti) contra “os que defendem a recordação” (Gelman).

Em certa medida, a tese de Eugenia Allier Montaño lança mão desse recurso dualista para caracterizar as disputas pela memória no período em tela. Para a historiadora, as batalhas pela memória expressam, concretamente, um cabo de guerra pela hegemonia do discurso fundador da memória entre dois grandes agrupamentos: em uma ponta da corda, os militares e os partidos tradicionais, na outra, as organizações de Direitos Humanos, os familiares de vítimas e os partidos de esquerda.

Essa redução da pluralidade da vida real ao binômio da explicação teórica, fenômeno, em certa gradação, inevitável na produção acadêmica, incita o questionamento acerca da capacidade explicativa dessa divisão no caso em tela. Pode-se afirmar que há boa síntese para a compreensão dos fenômenos históricos desse período? A autora não apenas responde positivamente a essa questão, como se utiliza desse modelo analítico ao longo do livro.

Esse recurso apresenta-se como uma chave explicativa fundamental diante da existência de um corpo social violentado. Reside, nesse ponto, a questão central da tese de Eugenia Allier: com o processo de redemocratização no Uruguai, instala-se no espaço público, nesse primeiro momento, uma arena de confrontação entre discursos polarizados de diferentes grupos sociais.

O debate, que mobiliza de um lado os “partidários da memória” e de outro os “partidários do esquecimento”, gira em torno da existência de um corpo social violentado, torturado, excluído, perseguido e exilado: a violação dos Direitos Humanos seria a questão predominante na discussão pública após o fim da ditadura. A adoção da linguagem universal dos Direitos Humanos implicou, conseqüentemente, a adoção do marco jurídico e ético desse instrumento de regulação das relações entre os homens.

Para Allier, quatro fenômenos colaboraram para a utilização da linguagem dos Direitos Humanos: a denúncia dos exilados uruguaios, a utilização do termo pela imprensa uruguaia, a criação de Organizações não governamentais de Direitos Humanos e o nascimento

dos Comitês de Direitos Humanos no país. Assim, após o término da ditadura militar, os princípios de Direitos Humanos serviram como argumento irrefutável, na visão de parte da sociedade uruguaia, para a fundação de um novo pacto político que deveria surgir por meio da submissão das particularidades locais (nacionais) aos fundamentos globais.

Entretanto, a realidade seguiu outro caminho. Ao aproximar-se o final da década de 1980, percebe-se um esfacelamento dessa pretensão universalista. Em boa medida, a supremacia dos fundamentos universais de Direitos Humanos parece ter sido incapaz de contornar as limitações impostas pelas reais possibilidades políticas. Ao longo da segunda seção (A supressão do passado), Eugenia Allier investiga os anos de silêncio e de ausência de debates sobre o passado recente no período que se estende de 1990 a 1994. Para a autora, esse período é marcado por contradições que ganham contornos mais nítidos a partir das tentativas de delimitação das relações políticas entre as Forças Armadas e o Poder Executivo, além do debate sobre o encolhimento da atuação pública dos organismos de defesa dos Direitos Humanos.

Na exposição da autora, esse momento da história uruguaia, inaugurado com o início dos anos de 1990, exige um refinamento teórico mais preciso. As definições dos conceitos de “memória” e “esquecimento” contam com sofisticadas contribuições acadêmicas. O novo momento político, quando confrontado com o anterior, exige o uso mais flexível de determinados conceituais teóricos. Dessa forma, por exemplo, o conceito de “políticas de memória”, que usualmente aparece relacionado ao objetivo de recordar o passado, passa a carregar, em seu interior, aspectos do esquecimento. No mesmo sentido, faz-se importante perceber que mesmo entre os promotores das políticas de esquecimento ocorre a necessidade de exercer alguma forma de memória.

Outra vez mais, a realidade parece seguir um caminho inusitado. Como resultado do período de silêncio e do bloqueio dos debates, consolida-se o entendimento de que a memória está ligada, fundamentalmente, a uma necessidade político-social: a construção da democracia política, ou de qualquer outra forma de organização, só poderia se desenvolver por intermédio da discussão dos problemas que afetam uma dada comunidade política. Nessa nova etapa, os subsídios oferecidos por Allier, com o intuito de se refletir sobre a questão dos usos políticos da memória, ganham destaque.

A autora propõe uma definição para termos como “memórias oficiais” e “memórias populares” que leva em conta o uso político da memória, mas não estabelece dicotomia reducionista entre os termos. Para Eugenia Allier, a memória pública deve ser entendida por meio de três sentidos complementares. Primeiramente, como a memória

comum e geral frente à memória individual e à particular; em segundo lugar, como a memória manifestada em oposição à memória ocultada e, por último, como a memória receptiva, convidativa, aberta em oposição à memória fechada.

Na última seção, o livro dedica-se ao estudo da retomada dos debates públicos acerca do passado recente do país. Esses debates seriam marcados, sobretudo, pelos trabalhos da Comissão para a Paz e das discussões sobre a possibilidade de afirmação dos princípios internacionais de Direitos Humanos celebrados pelo Uruguai, tanto no âmbito regional, como no plano global. Essa etapa sinaliza a implantação de novos mecanismos de justiça de transição. Como destacado pela autora, ressarcir os danos provocados era, antes de tudo, reconhecer a existência, no passado, de crimes contra os Direitos Humanos que deveriam ser reparados no presente.

A primeira carta pública que Juan Gelman endereçou ao presidente Sanguinetti, no dia 10 de outubro de 1999, insere-se no momento histórico que a tese de Allier batizou de “o retorno do passado”. A história de luta do poeta argentino, cujo filho fora assassinado e a nora, grávida, fora sequestrada e “desaparecida” pelos órgãos de segurança, finalmente, foi recompensada com a descoberta da verdade: a localização, em Montevideú, de sua neta. Para milhares de outras vítimas dos regimes ditatoriais, a história segue inconclusa. Para todos nós, talvez, essa discussão ainda persista por muitos anos. O livro de Eugenia Allier Montaño, nesse debate, é importante referência para as sociedades que buscam prestar contas sobre esse passado que está sempre aberto ao futuro e que não quer passar.